

Funcionamento do ato de asserção em interações verbais na rádio: estratégias discursivas de consenso

ALMEIDA,
CARLA AURÉLIA DE
calmeida@uab.pt

PALAVRAS-CHAVE:
ato ilocutório;
ato de asserção;
estratégia discursiva;
programas de conversas
telefónicas na rádio.

KEYWORDS:
illocutionary act;
assertion act;
discourse strategy;
radio phone-in programmes.

Professora Auxiliar do Departamento de Humanidades da Universidade Aberta, Portugal
Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RESUMO: Tendo por base um *corpus* de interações verbais presentes em cinco programas de rádio portugueses constituídos por telefonemas de ouvintes que entram diariamente em antena, em período noturno, para dialogar com o locutor de rádio, procedemos à análise da relação entre discurso e media e consideramos os direitos e deveres que o ato de asserção envolve, tendo como enfoque o valor performativo de todos os atos de discurso que visam modificar o alocutário nos seus estados epistémicos, emocionais e comportamentais. Analisamos o ato de asserção no seio da teorização dos atos de discurso de Austin, Searle e Grice, perspetivando este ato tendo em conta a análise que P. Attal faz, na linha dos estudos de Ducrot. Promovendo uma análise do uso estratégico do ato de asserção no quadro de uma retórica do consenso, analisa-se o funcionamento de *topoi* em asserções, demonstra-se o valor argumentativo de enunciados proverbiais, de aforismos e de sequências tautológicas nas interações verbais na rádio e descreve-se a ocorrência de mitigadores do valor de verdade expresso no conteúdo proposicional dos atos de asserção. Estes são aspetos que contribuem para a manutenção da *ordem interacional* das emissões de rádio e que ajudam ao estabelecimento do consenso e do *envolvimento conversacional*.

ABSTRACT: Taking as reference a *corpus* of verbal interactions available in five Portuguese radio broadcasts constituted by phone calls from listeners that, during the night period, go daily on air in order to dialogue with the radio host, we will analyse the relation between discourse and media and we will consider the rights and obligations involved in the act of assertion, focusing on the performative value of all the discourse acts that aim to modify the hearer in his epistemic, emotional and behavioural states. We analyse the act of assertion within the framework of speech acts theory of Austin, Searle and Grice, taking into account P. Attal's propositions and in line with Ducrot's studies. Favouring an analysis of the strategic use of the act of assertion in the frame of the rhetoric of consensus, we study the functioning of *topoi* in assertions, we show the argumentative value of proverbial enunciates, as well as of aphorisms and tautological sequences in verbal interactions and we describe the occurrence of mitigators of the value of truth expressed on the propositional content of the acts of assertion. These are all aspects that contribute to the maintenance of the *interactional order* on radio broadcast talks and that help establishing consensus and *conversational involvement*.

1. INTRODUÇÃO

O enfoque teórico e metodológico deste estudo insere-se no âmbito do conjunto das problemáticas linguísticas que se inscrevem no campo da Análise Interacional (Kerbrat-Orecchioni, 1998; Traverso, 1996) e da Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1989b).

Teremos por base um *corpus* de interações verbais presentes em cinco programas de rádio portugueses constituídos por telefonemas de ouvintes que entram diariamente em antena, em período noturno, para dialogar com o locutor de rádio (Almeida, 2005 & Almeida, 2012).

A nível local, procederemos à análise do uso estratégico de atos de asserção (Attal, 1976) que constituem comentários avaliativos no quadro do conjunto de *estratégias de consolidação interlocutiva* (Laver, 1981). Verificaremos que estas práticas discursivas permitem a manutenção da *ordem interacional* (Goffman, 1981) das *trocas discursivas* na rádio.

A nível global, verificaremos como estes enunciados específicos ocorrem no seio de asserções-resumo que contribuem não só para a realização prototípica das sequências principais, nomeadamente as de fecho, possibilitando a *completude interativa e interacional* (Roulet *et al.*, 1985) destas interações na rádio, mas também permitem estabelecer um comentário avaliativo de carácter retroativo contribuindo para o *envolvimento conversacional* (Tannen, 2001: 157 & Gumperz, 1982: 2-3) e a “acomodação intersubjectiva” (Fonseca, 1996: 3).

2. ENFOQUE ANALÍTICO: DISCURSO E MEDIA

Numerosos autores referem a importância de analisar o discurso dos media, destacando a possibilidade de estes serem fonte relevante para a constituição de *corpora* (Charaudeau, 1984; Bell; Garret, 1999; Scannell, 1991; Hutchby, 1996a, 1996b; Wortham & Locher, 1996).

Autores como Simone Bonnafous e Maurice Tournier referem que “(...) o investigador atual em Análise do Discurso constitui um *corpus* de textos, em geral de ordem mediática – e delinea interrogações sociopolíticas – para os quais ele procura o melhor modo de

investigação” (1995: 67-68). Segundo estes autores, o que motiva os especialistas em Análise do Discurso é a análise do dispositivo enunciativo, argumentativo e pragmático, os pré-construídos, os domínios interativos e performativos: “O que nos motiva através desta investigação, não são os media em si mesmos (não somos nem sociólogos nem historiadores dos media), mas o modo como se constituem através deles opiniões e discursos” (Bonnafous & Tournier, 1995: 78). Estes autores assinalam que os investigadores em Análise do Discurso trabalham “(...) as palavras, os sintagmas que têm apenas pertinência em relação ao *corpus* estudado” (Bonnafous & Tournier, 1995 : 79).

Com efeito, no âmbito da análise linguística do discurso, assinala-se a importância de estudar o discurso que se produz nos media:

Dentro do campo da linguística e da análise do discurso, houve um crescimento paralelo do interesse pela linguagem dos media enquanto espaço para a reprodução de relações culturais e sociais, facto exemplificado especificamente pela análise crítica do discurso dos media levada a cabo por Fairclough (1995) e constituindo fonte de informação para o estudo de formas específicas (Bell, 1991) da variação sociolinguística (Thornborrow, 1997a: 157; tradução nossa).

A propósito da relação entre discurso e media, Patrick Charaudeau assinala a importância da constituição do *corpus* para a Análise do Discurso dos media, destacando os aspetos principais na sua análise:

A Análise do Discurso dos media baseia-se num *corpus* de textos reunidos em nome de um tipo de situação (contrato) que os determina e nos quais estudamos as constantes (para definir um género), e as variantes (para definir uma tipologia de estratégias possíveis) (Charaudeau, 1995: 106; tradução nossa).

Patrick Charaudeau salienta a questão do género, do *contrato* sócio-verbal (1995: 99) e as características da “escrita mediática” (Charaudeau, 1984a: 6). Para este autor, um discurso “(...) é sempre singular pelas estratégias discursivas que são aí representadas em função de um certo projeto de fala (...), sendo ‘testemunha de géneros discursivos’” (Charaudeau, 1984a : 7).

O contrato de comunicação liga locutor e alocutário, permitindo-lhes construir “o sentido em parceria” (Charaudeau, 2002: 309). Charaudeau faz uma distinção entre o *contrato* de entrevista, de debate e o da conversação (1984b: 111-115); estes contratos terão diferentes formas de se concretizar, processo que, no dizer de P. Charaudeau, se designa de *ritualização* (Charaudeau, 1991: 12).

O dispositivo de comunicação do discurso dos media tem características próprias que importa analisar em função dos contextos específicos. Com efeito, a *conversação* nos media põe em ação um dispositivo que possibilita o contacto entre os participantes e um terceiro “ausente mas presente”(Charaudeau, 2002: 302): o público ou o auditório (no caso da rádio).

Assim, no que diz respeito ao discurso em *conversas na rádio*, Paddy Scannell assinala que uma preocupação central no estudo destas conversas “(...) é a especificação das formas pelas quais a intencionalidade comunicativa é organizada na forma e no conteúdo dos programas” (1991: 1).

Torna-se, pois, pertinente estudar o modo como a *intencionalidade comunicativa* é construída nos media em geral e em emissões específicas em particular, tendo, sobretudo, em conta o estudo das emissões interativas que apresentem uma clara matriz dialogal. No presente texto, consideraremos assim o ato de discurso com o valor ilocutório de asserção realizado no contexto interlocutivo e interacional de programas de rádio portugueses constituídos por telefonemas de ouvintes que entram em antena para participar nas emissões de rádio.

3. O CORPUS DE PROGRAMAS DE RÁDIO EM ANÁLISE

O *corpus*¹ em análise é constituído por interações verbais realizadas em programas de rádio portugueses (no período noturno) que se estruturam em torno de telefonemas de ouvintes: cada ouvinte entra em antena para falar com o(a) locutor(a) de rádio ora sobre temas previamente escolhidos, ora sobre um tema livre perante um auditório. No presente texto conside-

1. O *corpus* aqui constituído e delimitado faz parte do material empírico que foi recolhido e informatizado no âmbito do doutoramento em Linguística, especialidade Linguística Portuguesa que reúne a participação de 479 ouvintes (Almeida, 2005; Almeida, 2012).

ramos interações que ocorreram no programa Boa Noite (doravante referido por BN) que era emitido pela Rádio Renascença, em todos os dias úteis, da 0h00m às 2h00m e analisamos interações realizadas no programa Estação de Serviço (adiante designado por ES), também emitido pela Rádio Renascença, em todos os dias úteis, das 2h00m às 5h00m.

Com base no *corpus* constituído e delimitado, procedemos à descrição e análise dos processos de construção do sentido realizados pelos participantes destes programas de rádio que partilham um tempo, um espaço e “um foco de atenção” (Goffman, 1987: 81) comuns. Assim, a unidade de tempo, a unidade de lugar e a intermutabilidade sequencial de locutor e de alocutário constituem os três critérios que permitem delimitar uma interação (Kerbrat-Orecchioni, 1998: 245).

Considerando “o ecletismo metodológico” referenciado por Kerbrat-Orecchioni (2010: 72), que permite analisar discursos empíricos reais em contexto, temos por base instrumentos de análise provenientes de diferentes modelos teóricos que estudam o “discurso em interação”. Assim, especificamente, no âmbito dos modelos da Análise Conversacional e da Análise Interacional, salientamos os estudos que perspetivam as sequências discursivas realizadas nos programas de rádio constituídos por telefonemas de ouvintes ou “radio phone-in programmes” (Hutchby, 1996a; Müller, 1995; Thornborrow, 1997b; Thornborrow & Fitzgerald, 2002).

4. O FUNCIONAMENTO DE ENUNCIADOS ASSERTIVOS EM INTERAÇÕES VERBAIS NA RÁDIO

Em programas de rádio, as relações interlocutivas instituídas asseguram ao apresentador uma posição alta para preencher as missões de informação e de estímulo à reflexão (Charaudeau, 1984) e a vez de elocução é, regularmente, feita por heterosseleção: os intervenientes/inte-ractantes (os ouvintes que entram em antena) são selecionados pelos *professionais de antena* (Charaudeau, 1984: 29) que colaboram com o locutor de rádio (apresentador).

Teremos em consideração as emissões de tema livre e as que analisam temas de cariz familiar: “Preguiça” e “Pontualidade”.

Nestas emissões, teremos como objeto de análise específica o funcionamento das estratégias discursivas de consolidação da relação interlocutiva, demonstrando que estas fazem parte de uma *competência retórico-pragmática* dos interlocutores (Kerbrat-Orecchioni, 1986; 1994) e visam “efeitos relacionais”, “efeitos argumentativos” e “efeitos de instituição” (Liddicoat et al., 1992).

Consideraremos o ato de asserção (Attal, 1976) no quadro do valor jurídico dos atos de discurso ou “juridismo ilocutório” (Ducrot, 1972). Com efeito, em função deste valor ilocutório de asserção, são atribuídos direitos e deveres aos interactantes por força da afirmação da verdade de p expressa no conteúdo proposicional destes atos e, especificamente, analisaremos o funcionamento de asserções no âmbito dos processos que permitem a convocação de uma *doxa* por parte dos interactantes; equacionaremos ainda o uso estratégico de atos de asserção em interações analisando de que modo se constrói interacionalmente o consenso.

Neste quadro analítico, delimitamos problemas de partida que têm por base estes atos de asserção. A realização de enunciados assertivos de tom proverbial e aforístico constitui uma estratégia discursiva de consenso? Como funciona o dispositivo da *citação* em interação? Estes enunciados que convocam uma *doxa* permitem a construção de uma *comunidade* de interlocutores?

4.1. O ATO DE ASSERÇÃO NO SEIO DA TEORIZAÇÃO SOBRE ATOS DE DISCURSO

Os atos de discurso são unidades de análise que surgiram com a *Filosofia Analítica* de Wittgenstein (1958) e Austin (1970). Estes autores verificaram que a linguagem não era uma mera representação do mundo, pois ela cria mundos imaginários e reais, institucionalizando papéis sociais. Deste modo, de acordo com Austin, “dizer é fazer”, isto é, o locutor em

interação com o alocutário age sobre ele, modificando-o nos seus estados epistémicos, comportamentais e emocionais.

Wittgenstein procedeu ao levantamento de uma família de atos de discurso (prometer, oferecer, ameaçar...). Austin, tendo por base esta teoria, num primeiro momento, fez a distinção entre atos constativos, que tinham por base uma crença da parte do locutor de que é verdade o que é representado no conteúdo proposicional (como é típico dos atos assertivos), e atos performativos, realizados na 1ª. Pessoa do Presente do Indicativo (salientando ainda os que se realizam numa situação de comunicação cerimonial, como por exemplo, “Batizo este navio”). Contudo, num segundo momento da sua teorização, descobriu que todos os atos são performativos, porque instauram sempre uma nova realidade (Austin, 1970), destacando a performatividade generalizada nos línguas naturais, isto é, todos os atos e/ou acontecimentos de fala são performativos, porque agem sobre o alocutário, criando uma nova realidade. Possibilita-se assim a distinção entre performativo explícito, contendo marcas gramaticais que indicam explicitamente a ação que está a ser realizada, e performativo primário que não explicita claramente o que se faz com as palavras (Austin, 1970: 140-141).

No que diz respeito ao ato de asserção, Austin (1970) assinalava que “o ato de afirmação” tem os seus verbos performativos: “Quando eu estava a dizer que chovia, eu não fazia uma aposta, nem demonstrava, nem avisava, *eu afirmava* simplesmente um facto” (Austin, 1970: 140; tradução nossa). Este paralelismo põe em evidência a existência de um ato de afirmação que tem os seus verbos performativos: *afirmar, sustentar, dizer* (sempre na primeira pessoa do presente do indicativo). Mas “Eu afirmo que chove” é o equivalente enfático de “Chove” e, como refere Pierre Attal, com este ato, “eu não me descrevo afirmando, mas eu *faço* uma afirmação” (Attal, 1976: 2; tradução nossa).

Austin acaba por criticar o critério de verdade considerando-o inadequado para descrever as proposições assertivas: há enunciados gerais, mas há também o carácter relativo da verdade de certas asserções como “O peixe está muito cozido”, por exemplo.

Ainda que os enunciados se submetam às enunciações lógicas, eles podem ser apreciados segundo outros critérios diferentes do critério de verdadeiro ou falso. A este dilema artificial, Austin quereria substituir uma pedra de toque válida para todos os atos ilocutórios e diria: “Não temos o direito de dizer aquilo: de prometer, de avisar, etc.” (Attal, 1976: 2; tradução nossa).

Desenvolvendo as análises de Austin, Searle diz que todo o enunciado deve ser analisado numa vertente $F(p)$, isto é, em qualquer enunciado há uma proposição, por vezes, apresentada apenas por uma variável proposicional (lembremos o exemplo de Austin com a palavra «cão» que indicia aviso) e um elemento F que constitui a força ilocutória (o valor comunicativo que constitui um comentário à sua própria enunciação), isto é, o sentido do ato: um mesmo conteúdo proposicional pode estar ao serviço de diferentes forças ilocutórias, as quais podem estar explicitadas ou podem ser indiciadas e calculadas a partir do contexto. Partindo deste pressuposto analítico, Searle (1982) chegou a uma taxonomia de cinco classes de atos ilocutórios (atos assertivos, promissivos ou comissivos, diretivos, expressivos e declarativos, incluindo nestes últimos a subclasse das declarações assertivas).

As classes de atos de discurso são determinadas em função do levantamento das condições de felicidade ou de sucesso dos atos de discurso: condição de conteúdo proposicional, condições preparatórias, condição de sinceridade, condição essencial (Searle, 1972). Segundo este autor, é possível formular e testar certas hipóteses gerais sobre os atos ilocutórios: sempre que haja um estado psicológico especificado na condição de sinceridade, o desempenho do ato conta como a expressão deste estado psicológico, o que constitui um critério para a sua taxonomia de atos ilocutórios (Searle, 1975).

Assim, prototipicamente, de acordo com Searle (1972), o ato de asserção tem como condição de sinceridade o facto de o locutor acreditar que p (= conteúdo proposicional) é verdadeiro (crença na verdade de p) e a condição essencial equivale a afirmar que a proposição p representa uma situação real. Assim, para Searle, os assertivos têm como objetivo empenhar o locutor, em graus diversos, a expressar a verdade p .

De um modo geral, um locutor ao realizar um ato ilocutório subentende que as condições preparatórias do ato estão satisfeitas. Assim, no ato de asserção, quando o locutor afirma algo subentende que pode sustentar esta afirmação. Searle refere que o fim dos atos assertivos é *responsabilizar* o locutor em relação à verdade da proposição expressa, isto é, os atos assertivos *responsabilizam o locutor em relação à existência de um estado de coisas*. Assim, a asserção “Hoje está a chover” equivale a “Eu digo que p”.

Searle refere ainda que é possível desempenhar este ato e outros atos sem invocar um procedimento indicativo de força ilocutória explícito, mas o contexto e a enunciação deixam claro que a condição essencial está satisfeita. Por outro lado, certos tipos de atos ilocutórios são complexos, sendo casos especiais de outros tipos, tratando-se assim de atos indiretos constituídos por um complexo ilocutório: um ato ilocutório primário com a força ilocutória implicitada e um ato secundário com um valor literal.

Searle distingue, assim, condições preliminares, a condição de sinceridade e a condição essencial, pondo a tónica na intenção do locutor, não considerando o pós-ato e a dimensão dialógica que tem por base a reação do alocutário.

E é precisamente por causa da necessidade de se considerar o pós-ato que Pierre Attal (1976), na linha de Ducrot (1972), reanalisa a teoria dos atos de discurso de Searle em geral e estuda o ato de asserção em particular, destacando a interpretação do alocutário e reequacionando o funcionamento das condições de felicidade dos atos de discurso: assim, no ato de asserção, e relativamente à condição de sinceridade, o autor refere que “não é necessário que o locutor seja sincero, é preciso que o auditor creia que ele seja sincero” (Attal, 1976: 5; tradução nossa).

No que diz respeito à condição essencial dos atos de discurso, o efeito ilocutório do ato é, segundo Searle, produzido se o alocutário compreendeu o que o locutor tinha a intenção de fazer compreender (Searle, 1972: 88) em virtude das *convenções* que fundamentam as regras subjacentes à realização dos atos (*regras constitutivas*):

“a realização de um ato ilocutório supõe uma comunicação sem equívocos entre as partes; se na fórmula utilizada para realizar um ato falta uma expressão que indique, claramente, a natureza deste ato, o auditor só pode interpretar o enunciado atribuindo ao locutor uma tal intenção. Assim, um enunciado “É tarde” pode ser uma informação (uma asserção), um convite a partir (uma ordem), uma ameaça, etc. O valor do ato depende da intenção do locutor” (Attal, 1976: 4; tradução nossa).

Tendo por base o ponto de vista de Ducrot, que considera o ato ilocutório como uma espécie particular de ato jurídico, Attal reanalisa a condição essencial do ato de asserção. Neste sentido, com este ato, o locutor visa modificar as relações com o alocutário:

“A validade da asserção depende da confiança que o auditor me dá/concede; mas para a considerar como um ato com sucesso, parece-me que é necessário que o auditor não rejeite, de uma maneira ou de outra, a situação representada no enunciado” (Attal, 1976: 11; tradução nossa).

Assim, segundo P. Attal, para que um ato de asserção tenha sucesso é necessário que o alocutário não rejeite o que é dito no conteúdo proposicional do enunciado. Aproximamo-nos da teorização de Grice (1989), que assinala a necessidade de o alocutário reconhecer a intenção comunicativa do ato para que este se realize, estando este reconhecimento próximo do que Austin designava como “the securing of uptake” (Austin, 1970: 124), isto é, “a execução de um ato ilocutório inclui a segurança de ter sido bem compreendido” (*Idem*).

Na linha de Ducrot, pôr a tónica no valor jurídico dos atos é demonstrar que a realização de qualquer ato abre direitos e deveres atribuídos ao locutor e ao alocutário: “A atividade da linguagem não pode ser descrita sem especificar o seu poder ilocutório; este poder demonstra que ela está imbrincada num conjunto de *regras constitutivas* que dão conta da própria existência do ‘sentido’” (Ducrot, 1972 : 263).

4.2. A RETÓRICA DO CONSENSO: TOPOÏ EM ASSERÇÕES-RESUMO

No *corpus* de interações verbais em programas de rádio, regularmente, os interactantes realizam asserções que visam *efeitos argumentativos*. A argumentação procura, na linha de Perelman, levar o auditório a fazer conclusões com base em *topoï* ou *lugares comuns* que todos os participantes da troca partilham (Amossy, 1999: 132-133).

(1)(Programa: BN; Data: abril de 1998; Tema: “A preguiça”; Ouvinte nº. 1, feminino, proprietária de casa de hóspedes)

Locutora - Mas assim sente-se infeliz de duas maneiras: sente-se infeliz porque quando quando começa a trabalhar, e sente-se infeliz porque não tem vontade de trabalhar, não é?

Ouvinte - Sim.

→Locutora – [Asserção-resumo] É preso por ter cão e preso por não ter, ao fim e ao cabo.

Ouvinte - Sim. Então quando eu pego uma coisa pra fazer, tenho que fazê-la até terminar. Eu às vezes eu digo, vou pra cozinha, meto as luvas, começo ali a limpar, depois o telefone toca, ou uma pessoa toca a campainha, pronto já pra mim é um prazer, porque paro de fazer.

Locutora - Já tem uma desculpa pra parar.

(2) (Programa: BN; Data: maio de 1998; Tema: “A pontualidade”; Ouvinte nº. 74, motorista)

Locutora - Pois, pode-lhe acontecer um dia, estão lá os dois e ao fim e ao cabo não se encontram.

→ Ouvinte - Então andamos andamos cá à chuva e vento, podemos-nos molhar um dia.

Locutora - Isso é verdade, isso é verdade.

ALMEIDA, CARLA AURÉLIA DE; FUNCIONAMENTO DO ATO DE ASSERÇÃO EM INTERAÇÕES VERBAIS NA RÁDIO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE CONSENSO

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 2, ANO 2013, PP. 13-32

(3) (Programa: BN; maio de 1998; Tema: “A pontualidade”; Ouvinte nº. 60, sexo feminino, Lisboa, empregada de escritório)

Ouvinte - Não, não, não, não, não.

Ouvinte - Sim, sim. Eu chego habitualmente sempre antes do dos patrões; portanto eu acabo o escritório, faço a minha vida normal e eles quando quiserem chegar chegam.

→Locutora de rádio - Pois, patrão é patrão.

Ouvinte - Pois, exato.

(4) (Programa: BN; Data: abril de 1998; Tema: “A preguiça”; Ouvinte nº. 4, masculino, médico)

Ouvinte - eu tinha que dar o exemplo de não ser preguiçoso. E nunca fui. Fiz, eh... cumpri tropa no tempo da guerra, de maneira que aí fui limado um bocadinho da preguiça que os estudantes teriam que ter naquela altura.

Locutora - Ó Dr. até porque tendo uma clínica como teve tantos anos como chefe tem que dar o exemplo, não é?

→Ouvinte - Pois aí é que está, é que... já era o Camões que dizia: “o fraco Rei faz fraca a forte gente”.

Locutora - Ora aí está.

Segundo Joaquim Fonseca, a *citação* constitui uma estratégia de estabelecimento do *acordo interacional*, contribui para a projeção de um movimento retroativo de resumo avaliativo das produções discursivas anteriores (constituindo comentários avaliativos) e possibilita a realização de um movimento projetivo que dá continuidade aos rumos discursivos delineados, atribuindo uma *coerência funcional* (Fonseca, 1992: 298) à construção conjunta do discurso.

Nestes exemplos, os interactantes recorrem à realização de asserções-resumo que têm por base um mecanismo discursivo de *citação* de aforismos (exemplo 1), de provérbios (exemplo 2), de sequências tautológicas (exemplo 3) e de máximas literárias (exemplo 4) que fazem parte de uma *doxa* que, sendo partilhada, constitui uma estratégia de consenso. Estas estraté-

gias são, a maioria das vezes, desenvolvidas pelos locutores de rádio e permitem a realização de um resumo acerca do modo como o ouvinte analisou o tema. Estas asserções permitem concluir o tópico e preparar o fecho da interação constituindo o que André-Larochebouvy chama de “pré-fecho natural” (André-Larochebouvy, 1984: 107) com a aceitação do que é dito por parte dos dois participantes na interação: “Sim” (exemplo 1, ouvinte); “Isso é verdade, isso é verdade” (exemplo 2, locutora de rádio); “Pois, exato” (exemplo 3, ouvinte); “Ora aí está” (exemplo 4, locutora de rádio).

Assim, regularmente, na análise de um tópico ou assunto, os interactantes convocam um *lugar comum* que, fazendo parte do *conhecimento compartilhado*, permite concluir aquele com o consenso e a conseqüente “consolidação interlocutiva” (Laver, 1981). Estas práticas discursivas denotam, assim, o “envolvimento conversacional”.

Segundo Deborah Tannen (1989), a noção de “envolvimento conversacional” enfatiza a natureza interativa da interação conversacional e tem por base a perspectiva teórica de que a conversação é uma “produção conjunta”, pondo a tónica no papel ativo do alocutário que interpreta e dá forma ao discurso do locutor, isto é, o alocutário como um co-locutor, realçando assim a construção conjunta do discurso realizada pelos participantes na interação (*Idem*: 13).

Em emissões de tema livre, é frequente o locutor de rádio convocar o tópico relativo ao tempo atmosférico. A produção de asserções sobre o tempo atmosférico é uma característica do “small talk” (Coupland, 2000) e esta realização demonstra o “envolvimento conversacional” dos participantes na interação.

Observemos o seguinte exemplo:

(5) (Programa: ES; 29/10/2001; Ouvinte nº. 393, masculino, Furadouro, Camionista)

Locutor - A chuva também já vai aí?

Ouvinte - É ali mais prò Norte onde... eu pràqui pra este lado não apanhei nada. Fui pra cima, que a gente tem assim sempre tudo seco, aqui pra baixo vim pra baixo tudo seco, agora pronto o A. lá pra cima o A. foi prà Corunha hoje deve ter apanhado pra lá chuvinha com fartura.

Locutor - Ah, pois.

Ouvinte - *Aquela zona ali é sempre muito mais chuvosa que aqui.*

→Locutor - *É nestas situações, enfim, provavelmente eh... os males que aqui nos batem à porta lá também andarão andarão por perto, não é.*

Ouvinte - *É, mas a coisa lá é mais complicada. Lá... que é ali a zona de Santiago de Compostela, Corunha, Pontevedra pra cima aquilo... é muito mais chuvoso qu'aqui. Chuvoso e com respeito a trovoada e tudo, não é.*

Locutor - *Hum, hum.*

A asserção “É nestas situações, enfim, provavelmente eh... os males que aqui nos batem à porta lá também andarão andarão por perto, não é” apresenta a realização de uma *modalidade epistémica* no domínio do incerto: a realização do advérbio de modo “provavelmente” que marca a incerteza, a ocorrência de verbos conjugados no futuro na proposição “provavelmente (...) os males que aqui nos batem à porta também andarão andarão lá por perto” e a coocorrência da pergunta-tag (“Tag Questions”) “não é” mitiga a força ilocutória de atos de discurso específicos como o ato de asserção (“a softer way of asserting”, segundo Fraser, 1980).

A realização de mitigadores do valor de verdade expresso no conteúdo proposicional dos atos de asserção possibilita o *equilíbrio ritual* das faces dos interactantes, reduzindo as “obrigações epistémicas do locutor” (Caffi, 2000: 96) que afirma algo e produzindo por implicatura uma distanciação em relação ao que é dito. A precaução dada à dimensão de salvaguarda da face (Goffman, 1981; 1987) possibilita o estabelecimento do consenso. Com efeito, o alocutário (o ouvinte nº. 303) demonstra não rejeitar o que é dito no conteúdo proposicional da asserção realizada pelo locutor de rádio, acrescentando, na sua vez de elocução, mais informação ao que é dito (“É, mas a coisa lá é mais complicada”) visando aumentar o conhecimento que o seu interlocutor tem acerca do mundo e contribuindo para prosseguir “o rumo discursivo” (Fonseca, 1992: 316) aberto pelos sucessivos atos de asserção que os interactantes realizam nestes contextos institucionais.

Os interactantes revelam, assim, a partilha de um conjunto de crenças e estratégias discursivas que denota a construção do que J. Gumperz chama de “comunidade de pensamento” (Gumperz, 1990: 220). Estas ações e estratégias discursivas constituem códigos e normas conhecidas pelos falantes que assinalam a “pertença ao grupo” (Diamond, 1996: 76): “Cada comunidade tem os seus próprios jogos rituais (ou normas) locais e específicos que podem ser explorados para objetivos sociais e interpessoais” (Idem: 77; tradução nossa).

5. CONCLUSÃO

Na linha de P. Attal, assinalamos que, como todos os atos de discurso, o ato de asserção cria, como diz O. Ducrot, um “juridismo ilocutório”. Com a realização de um ato de asserção, o alocutário interpreta o valor ilocutório deste ato, aumentando o conhecimento que este tem acerca do mundo e construindo com o locutor uma relação interlocutiva, sendo sempre um ato que visa modificar o alocutário nos seus estados epistémicos, emocionais e comportamentais.

Em programas de rádio noturnos, procedemos à análise de atos de asserção que constituem uma forma de o locutor fazer uma citação, apresentando um argumento forte a favor de uma posição assumida: a realização de um mecanismo de *citação* de provérbios, de aforismos e de sequências tautológicas e o recurso à realização de *lugares comuns* em asserções-resumo são práticas discursivas que permitem preparar o fecho da interação com o equilíbrio entre as faces dos interlocutores. Estas práticas revelam a partilha de um *saber comum*, de uma *doxa* e demonstram a construção de uma *comunidade de pensamento* (Gumperz, 1990: 220), constituída por locutores de rádio e por “ouvintes” que entram, regularmente, em antena através de telefonemas feitos para a rádio (“radio phone-in programmes”).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. A. Discurso radiofónico português: padrões de organização sequencial, actos e estratégias de discurso, relações interactivas e interlocutivas. Dissertação de Doutoramento em Linguística, especialidade Linguística Portuguesa, Universidade Aberta, 2005.

_____. A Construção da Ordem Interaccional na Rádio: Contributos para uma análise linguística do discurso em interações verbais. Porto: Afrontamento, Biblioteca das Ciências Sociais/Plural, 2012.

AMOSSY, R. (org.). Images de soi dans le discours: La construction de l'ethos. Paris: Delachaux et Niestlé, 1999.

ANDRÉ-LAROCHEBOUVY, D. La Conversation quotidienne. Paris : Didier, 1984.

ATTAL, P. L'acte d'assertion. In: Semantikos, v. 1, nº. 3, 1976. p. 1-12.

AUSTIN, J. L. Quand dire, c'est faire. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

BELL, A.; Garret, P. (ed.) Approaches to media discourse. Oxford: Blackwell, 1999.

BONNAFOUS, S.; Tournier, M. Analyse du discours, lexicométrie, communication et politique. In: Langages, 117, 1995. p. 67-81.

CAFFI, C. Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie. In: PLANTIN, C. et al. (orgs.). Les émotions dans les interactions. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 89-104.

CHARAUDEAU, P. (ed.) Aspects du discours radiophonique. Paris: Didier, 1984.

CHARAUDEAU, P. Introduction. Problèmes d'analyse des Medias. In: Charaudeau, P. (ed.), Aspects du discours radiophonique. Paris : Didier, 1984a. p. 5-10.

_____. Description d'un genre: l'interview. In: Charaudeau, P. (ed.), Aspects du discours radiophonique. Paris : Didier, 1984b. p. 111-115.

_____. Introduction: contrats de communication et ritualisations des débats télévisés. In: BRUNETIÈRE, V. et al., La télévision. Les débats culturels 'apostrophes'. Paris : Didier Érudition, 1991. p. 11-35.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: Langages, 117, 1995. p. 96-111.

_____. A communicative conception of discourse. In : Discourse studies, vol. 4, 3, 2002. p. 301-318.

- COUPLAND, J. (ed.) *Small talk*. London: Longman, 2000.
- DIAMOND, J. *Status and power in verbal interaction. A study of discourse in a close-knit social network*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris : Hermann, 1972.
- FONSECA, J. *Linguística e Texto/ Discurso - teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- _____. *O discurso de Corte na Aldeia de Rodrigues Lobo - o Diálogo I*. In: *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*. Porto: Vol. XIII, 1996. p. 87-145 .
- FRASER, B. *Conversational mitigation*. In: *Journal of pragmatics*, 4, 4, 1980. p. 341-350.
- GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- _____. *Façons de parler*. Paris : Minuit, 1987.
- GRICE, H. P. *Querer dizer*. In: LIMA, José Pinto de (org.) *Linguagem e acção - da filosofia analítica à linguística pragmática*. Lisboa: Apáginastantas, Coleção Materiais Críticos, 1989. p. 87-105.
- GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- _____. *Engager la conversation: introduction à la sociolinguistique interactionnelle*. Paris: Minuit, 1989a.
- _____. *Sociolinguistique interactionnelle. Une approche interprétative*. La Réunion: L'Harmattan, 1989b.
- _____. *The speech community*. In GIGLIOLI, Pier Paolo (ed.). *Language and social context* . Harmondsworth: Penguin Books, 1990. p. 219-231.
- HUTCHBY, I. *Power in discourse: the case of arguments on a British talk radio show*. In: *Discourse and society*, vol. 7, 4, 1996a. p. 481-497.
- _____. *Confrontation talk. Arguments, asymmetries and power on talk radio*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996b.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'implicite*. 2ème édition. Paris: Armand Colin, 1986.
- _____. *Les interactions verbales*. II. Paris: Armand Colin, 1992.
- _____. *Rhétorique et pragmatique: les figures revisitées*. In: *Langue Française*. Vol. 101, 1994. p. 57-71.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Les interactions verbales. I., 3ème édition. Paris: Armand Colin, 1998.

_____ The case for an eclectic approach to discourse-in-interaction. In: STREECK, J. (ed.) New adventures in language and interaction. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010. p. 71-97.

LAVIER, J. Linguistic routines and politeness in greeting and parting. In: COULMAS, F. (ed.). Conversational routine. Explorations in standardized communication situations and prepatterned speech, The Hague: Mouton, 1981. p. 289-304.

LIDDICOAT, A. et al. The effect of the institution: openings in talkback radio. In: Text, vol. 12, 4, 1992. p. 541-562.

MÜLLER, F. E. Trilogie et 'double articulation' de la conversation radiophonique. In: KERBRAT-ORECCHIONI, C.; PLANTIN, C. (orgs.) Le trilogie. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1995. p. 201-223.

PLANTIN, C. (org.) Lieux communs, topoï, stéréotypes, clichés. Paris : Éditions Kimé, 1993.

ROULET, E. et al. L'articulation du discours en français contemporain. Berne Francfort S/ Main: Peter Lang, 1985.

SCANNELL, P. (ed.) Broadcast talk. London: Sage, 1991.

SEARLE, J. R. Les actes de langage. Paris: Hermann, 1972.

_____ Sens et expression. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

_____ Indirect speech acts. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.) Syntax and semantics 3: speech acts. New York: Academic Press, 1975. p. 59-82.

TANNEN, D. Talking voices: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TANNEN, D. The relativity of linguistic strategies: rethinking power and solidarity in gender and dominance. In: WETHERELL, M. et al., Discourse theory and practice. A reader. London: Sage, 2001. p. 150-166.

THORNBORROW, J. Introduction. In: Text, vol. 17, 2. 1997a. p. 157-160.

_____ Having their say: the function of stories in talk-show discourse. In: Text vol. 17, 2. 1997b. p. 241-262.

THORNBORROW, J.; FITZGERALD, R. From problematic object to routine 'add-on': dealing with e-mails in radio phone-ins. In: *Discourse studies* vol. 4, 2. 2002. p. 201-223.

TRAVERSO, V. *La conversation familière. Analyse pragmatique des interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1958.

WORTHAM, S.; LOCHER, M. Voicing on the news: an analytic technique for studying media bias. In: *Text* 16, 4. 1996. p. 557-585.

